

O papel do Distrito Federal

Que papel caberá a esta cidade, a este Distrito Federal, após a redefinição profunda por que passará o país na elaboração da Nova Constituinte? A resposta começou a ser delineada ontem, com a abertura, no auditório do Itamarati, do simpósio "Brasília: Concepção, Realidade, Destino". É lá que está sendo discutida, até sexta-feira, a radiografia deste quadrilátero federativo onde já vivem 1.600.000 pessoas.

A iniciativa de promover este simpósio partiu de decisão do governador José Aparecido, impregnada de raro senso de oportunidade. Nesse momento em que a febre da campanha ao Congresso Constituinte se traduz em sintomas de mudança iminente na estrutura política, econômico e social do Distrito Federal, Aparecido aposta na serenidade do debate, para que todos discutam o que é Brasília e até onde ela pode chegar.

O temário escolhido reflete a responsabilidade com que o governador encara essa questão crucial: "Concepção Original, Propósitos Permanentes; Poder de Atração e o Impacto do Processo Migratório; Adequação da Estrutura Urbana às Funções Institucionais; Fatores Físicos, Sociais e Econômicos Condicionantes do Porte Urbano; Implicações de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; Recursos Financeiros e os Serviços Urbanos; a Cidade e a Representação Política; a Cidade e a Constituinte".

A promoção é conjunta com os Ministérios do Interior e do Desenvolvimento Urbano, e os convidados foram escolhidos entre uma plêiade de especialistas, entre os quais Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Ronaldo Costa Couto, José Reinaldo Tavares, José Carlos Mello, Deni Schwartz, Dilson Funaro, Marco Maciel e Paulo Brossard. Na coordenação dos trabalhos, o ex-prefeito de S. Paulo, professor José Carlos Figueiredo Ferraz.

Vai ficar evidente, no simpósio, uma constatação frequentemente esquecida: Brasília é para ser pensada com grandeza, pois é um reflexo do Brasil. Dentro dessa idéia é que a cidade foi criada. Não como um município qualquer, mas como sede dos Poderes da República. Entre outras razões, a cidade foi idealizada como alternativa de caráter definitivo ao caos urbano com que conviviam Executivo, Legislativo e Judiciário, no Rio de Janeiro.

Neste período fértil de idéias, de estreia da nossa representação política, apresentam-se propostas para todos os gostos: desde a que se propõe a ampliar o Distrito Federal em seus limites, anexando definitivamente a periferia enjeitada por Goiás à qual foi dada a denominação de "Entorno" (é possível que o espírito que presidiu a criação desse neologismo refira-se aos problemas que a região entorno sobre o Distrito Federal) à que reduz a área do Distrito Federal à Esplanada dos Ministérios.

Concebida também como pólo indutor de desenvolvimento, capaz de promover a colonização do Centro-Oeste, há cabimento, em tese, na idéia da incorporação de parte da Região Geoeconômica ao Distrito Federal. Isso poderia arrefecer os impactos migratórios sobre a capital a partir de uma política de investimentos voltada ao incremento da agro-indústria, até hoje embrionária.

A ansiedade da população de poder eleger seu próprio governador é perfeitamente compreensível. A da criação de uma Assembleia Legislativa vai pelo mesmo caminho. Entretanto, é de se pensar, desde agora em como isso tudo funcionará nesta cidade, cuja dependência do Governo Federal é praticamente absoluta, não por mero acaso, mas porque ela foi construída com esse intuito.

Chegaremos ao ano 2000 com aproximadamente quatro milhões de habitantes e já temos, hoje, um déficit de habitações que se calcula, por baixo, em cem mil unidades residenciais. Temos um sistema de transporte coletivo que comete o abuso de juntar onze pessoas por metro quadrado de ônibus, nas horas de maior movimento. Nossos reservatórios de água reduzem sua capacidade de atendimento a cada brasiliense que nasce. Nossas fundações Educacional e Hospitalar, outrora invejadas, já operam com sobrecarga. Como planejar a cidade a longo prazo diante de todas essas questões?

Atribuir esses dados a mero exercício de elucubração tecnocrática é seguir o exemplo da avetruz. O governador trafeja em sentido inverso. Em vez de gozar da comodidade da omissão, Aparecido prefere enfrentar os solavancos e trepidações da realidade, gesto raro no momento atual.

Previsto para reunir uma platéia de 280 pessoas, o simpósio despertou tal interesse que o número de pessoas que tentavam inscrever-se já chegava a 270, no último sábado. Sinal de que governador e população estão de acordo num ponto, que é o de encerrar Brasília com seriedade.